

Clipping – Cuiabá/MT, 14 e 15 de julho 2011.

Notícias / Ciência & Saúde

15/07/2011 - 11:42

Nova lei exige que site da Prefeitura tenha lista de plantonistas do serviço de saúde

Assessoria/ Câmara de Cuiabá

Nos próximos dias será sancionado pelo Poder Executivo de Cuiabá projeto de lei, aprovado na Câmara de Cuiabá, que exige a divulgação na página oficial da prefeitura (www.cuiaba.mt.gov.br) lista de plantonistas, médicos, enfermeiros e demais profissionais que trabalham nas policlínicas, postos de saúde e no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, entre outras unidades sanitárias.

A nova lei dispõe que no site da Prefeitura de Cuiabá deverá constar nomes dos médicos e enfermeiros, com seus respectivos horários de entrada e saída dos plantões, como também deverá mostrar as localizações das unidades de saúde em que trabalham.

O autor da matéria, vereador Pastor Washington, líder do PRB no Legislativo, observa que a proposta dará mais transparência as ações dos serviços públicos de saúde e, por consequência, um melhor atendimento aos usuários do SUS.

Pastor Washington disse ainda que “a intenção é amenizar a dúvida daqueles que seguem a apenas um ponto de atendimento da cidade, na expectativa de pleno funcionamento, tendo em vista que o município tem condições de atender também, em outras unidades, como, por exemplo, nas policlínicas”, completou Pastor Washington.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Nova lei exige que site da Prefeitura tenha lista de plantonistas do servico de saude&edt=34&id=191489](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Nova%20lei%20exige%20que%20site%20da%20Prefeitura%20tenha%20lista%20de%20plantonistas%20do%20servico%20de%20saude&edt=34&id=191489)

Notícias / Ciência & Saúde

15/07/2011 - 10:29

Diamantino está entre os 13 municípios que têm CTA no Mato Grosso

Assessoria

Com atendimento totalmente sigiloso, Diamantino está entre os 13 municípios que possuem o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) no Estado de Mato Grosso. No local são realizadas ações de diagnóstico e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

A coordenadora Elisete Diniz explicou que no CTA é possível, por exemplo, fazer o teste rápido do HIV. “É totalmente confiável, em 15 minutos já tem o resultado e caso necessário é indicado para exames confirmatórios”, explicou.

Com os serviços de uma equipe especializada, disponibilizada pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, o CTA além de orientação e acompanhamento, também oferece gratuitamente preservativos e atende grupos agendados para pesquisas sobre as DSTs.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Diamantino esta entre os 13 municipios que tem CTA no Mato Grosso&edt=34&id=191482](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Diamantino%20esta%20entre%20os%2013%20municipios%20que%20tem%20CTA%20no%20Mato%20Grosso&edt=34&id=191482)

13/07/2011 - 18:34

MPE aciona prefeito e mais 10 citados na Operação Saúde

Da Redação - LP

O Ministério Público Estadual acionou judicialmente onze pessoas, por meio de duas ações civis públicas, em virtude de fraudes cometidas na área da saúde, no município de Barra do Bugres. O grupo inclui o prefeito da cidade, Wilson Francelino de Oliveira, o ex-secretário municipal de Administração e Finanças, Iandro Rodrigo Monteiro Almicci e servidores públicos municipais. As ações resultam da 'Operação Saúde', realizada pela Polícia Federal, em vários Estados do país, em maio deste ano.

Além dos gestores e servidores, também foram citados no esquema os empresários Cássio Filipetto e Dalci Filipetto, representantes da Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, e os funcionários Fabrício Morgan e Franciel Luis Bonet. Nas ações, o MPE requer o afastamento do prefeito, a condenação de todos os requeridos ao ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público no valor de R\$ 176 mil, pagamento de multa civil, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios e incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.

De acordo com o promotor de Justiça Rinaldo Segundo, os requeridos elevavam o custo de compra de medicamentos da saúde municipal, por meio do direcionamento de processos licitatórios. “Alguns medicamentos tinham o preço vendido pela Sulmedi e comprados pela Prefeitura em até seis vezes o valor cotado/recomendado/ estipulado pelo Ministério da Saúde. Explica-se assim, a falta constante de medicamentos nos postos de saúde da cidade, bem como de repetidas ações propostas pelo MPE visando assegurar direitos a medicamentos negados pelo poder público local”, afirmou ele, que atua na Promotoria de Justiça de Barra do Bugres.

Segundo o promotor, a investigação da Polícia Federal, que teve início a dois anos, consistiu em interceptações telefônicas, quebra de sigilo e obtenção de imagens. “Os áudios interceptados e as demais provas das investigações são convergentes por externar notórios indícios de direcionamento dos processos licitatórios investigados, além de

graves vícios na execução de contratos decorrentes desses direcionamentos com o consequente desvio de recursos públicos”.

Na ação, o Ministério Público ressaltou que o esquema incluía o pagamento de propinas ou oferecimento de vantagens. “O relacionamento ocorria entre vendedores/representantes comerciais e servidores da Prefeitura, inclusive, secretários municipais. A propina era paga em dinheiro ou mediante depósitos bancários, sendo que em várias situações as ligações interceptadas evidenciaram o fornecimento de número de contas bancárias. Já o oferecimento de vantagens se dava por meio de patrocínio de festas de final de ano, churrascos e distribuição de brindes”, finalizou o promotor.

(Com informações da Assessoria)

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=MPE_aciona_prefeito_e_mais_10_citados_na_Operacao_Saude&edt=25&id=190918

Notícias / Cidades

15/07/2011 - 00:30

Pastoral da Saúde solicita doação de roupas e cobertores

Da assessoria

As quedas de temperatura em Cuiabá neste período são mais um motivo de preocupação àqueles que enfrentam diversas dificuldades durante todo o ano. Por isso, a Pastoral da Saúde de Cuiabá solicitou a doação de cobertores e roupas de frio para idosos, adultos e crianças de várias idades. A Eletrobras Eletronorte - por meio da Responsabilidade Social -, arrecadou alguns itens e encaminhou à Paróquia São Gonçalo no dia 08 de julho.

Cerca de sessenta peças de roupas e oito cobertores foram doados pela força de trabalho da empresa em apenas um dia, devido a urgência da instituição, mas as doações de roupas e até alimentos podem ser feitas durante todo o ano na Paróquia.

Há cerca de 15 anos na instituição, a secretária Dalva Ribeiro afirma que, no geral, as doações este ano foram bem menores e não chegaram a atender as necessidades das 150 famílias inscritas na Pastoral. “Eu acredito que isso acontece porque são muitas pessoas que precisam de ajuda e esses bairros que nós atendemos (Porto, Dom Aquino, Jardim Cuiabá, entre outros) são muito grandes, principalmente o Porto, em que além das famílias assistidas sempre tem pessoas novas chegando e precisando de ajuda”.

Além de roupas e alimentos, a Pastoral disponibiliza atendimento médico, dentário e visitas da assistente social. Todos esses profissionais trabalham voluntariamente, segundo Dalva Ribeiro. A entidade também distribui remédios e tem parcerias com empresas que oferecem cursos profissionalizantes aos inscritos na Pastoral.

Todos os anos a Eletronorte realiza a campanha do agasalho. Em junho os empregados recolheram mais de 400 itens que foram distribuídos para algumas instituições de caridade. Os interessados em fazer outras doações para a Pastoral da Saúde pode entrar em contato pelo telefone 3623-1442 ou ir direto à sede, que fica na Travessa São Gonçalo, nº 17, Porto.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Pastoral_da_Saude_solicita_doacao_de_roupas_e_cobertores&edt=25&id=191354

Cidades

Sexta, 15 de julho de 2011, 13h03

POLÊMICA

Assessor do Ministério da Saúde não aprova gestão das OSS

Wellington Sabino, repórter do GD

Nova forma de gestão de hospitais públicos de Mato Grosso, por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSS) que mesmo diante da resistência de sindicatos e profissionais da saúde e da sociedade civil organizada, vem sendo implantada pelo secretário Pedro Henry, não é na opinião do consultor jurídico do Ministério da Saúde, Jean Keiji Uema, a melhor forma de resolver os gargalos da saúde pública. “No aspecto central, não é a melhor solução, pois as OSS privilegiam aspectos da hospitalização enquanto o SUS (Sistema Único de Saúde) é bem mais amplo atuando também na prevenção e vigilância”, disse em entrevista ao GD. Ele está em Cuiabá representando o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no seminário Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde.

O assessor lembra que esta é sua opinião pessoal, mas de qualquer forma o Ministério da Saúde, não tem, segundo ele, autonomia para intervir nos Estados e indicar a forma de gestão. “Até porque não conhecemos a realidade de cada região. Não sei qual é a atual situação da saúde de Mato Grosso, mas pelo pouco que conheci durante o evento, a nova gestão por meio das Organizações Sociais, vão atuar diretamente no processo de gestão hospitalar”, explica Jean que ministrou na Capital, a palestra Aspectos Centrais e Inovação do Ordenamento Jurídico do SUS.

Além dele, diversos especialistas de outros estados também participam do evento organizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Escola Superior da Magistratura (Esmagis-MT) para debater o sistema público de saúde.

Dois hospitais do Estado, o Metropolitano de Várzea Grande e o Regional de Rondonópolis (212 Km ao sul de Cuiabá) já foram transferidos oficialmente para as

OSS Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) e São Camilo respectivamente. Todas são de outros estados, pois em Mato Grosso não houve organizações interessadas nos certames, disputados um por 2 OSS e outro, no caso do Hospital Regional, sem concorrência, pois apenas a São Camilo participou do chamamento público e foi habilitada para a gestão.

O Ipas também venceu a licitação para gerenciar a Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis), a partir próximo mês. As duas OSS também são alvos de ações do Ministério Público em outros estados que administram hospitais. No caso da Ipas, o secretário Pedro Henry viajou juntamente com uma comissão, para Pernambuco, e ao retornar, afirmou que não viu irregularidades nos locais administrados por ela. Os **contratos já firmados com as duas OSS em Mato Grosso são considerados ilegais** pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), que já consultou o Ministério Público do Trabalho e espera a formalização da proposta para denunciar oficialmente as entidades.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283880>

Cidades

Sexta, 15 de julho de 2011, 13h10

TRANSPARÊNCIA NO SUS

Prefeitura deverá informar plantonistas em site

Redação do GD

O projeto de Lei que exige divulgação de uma lista na página oficial da prefeitura contendo plantonistas, médicos, enfermeiros e demais profissionais que trabalham nas policlínicas, postos de saúde e no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, foi aprovado na Câmara de Vereadores e será sancionada nos próximos dias pela prefeitura.

A nova lei de autoria do vereador Pastor Washington (PRB), dispõe que no site deverá constar nomes dos médicos e enfermeiros, com seus respectivos horários de entrada e saída dos plantões, como também deverá mostrar as localizações das unidades de saúde em que trabalham. Segundo o vereador isso faz com que os serviços públicos prestados sejam visualizados com transparência. (E.R).

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283879>

Cidades

Sexta, 15 de julho de 2011, 14h54

ROTATIVIDADE

Fluxo migratório diminui em Mato Grosso

Redação do GD/ Só Notícias

O novo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta redução no índice de migrações em Mato Grosso. O Índice de Eficácia Migratória (IEM), que mede a capacidade de atração, evasão ou rotatividade, era de 0,41% em 2004, e caiu para - 0,07% em 2009. O índice é obtido através da relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes).

Esse indicador permite a comparação entre os estados, independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração. Em 2004, de acordo com o IBGE, o saldo migratório foi de 111.680, com base em 192.691 imigrantes e 81.011 emigrantes. Já em 2009, os números passaram a ser menores. O saldo migratório foi de -12.027, com base em 78.627 imigrantes e 90.654 emigrantes. Com estes dados, a pesquisa considerou Mato Grosso como área de rotatividade migratória.

Nos deslocamentos interestaduais (trocas no quinquênio 1995/2000), Mato Grosso foi considerado na pesquisa como área de média absorção migratória. Cerca de 2/3 dos imigrantes de Mato Grosso tiveram origem do Paraná (17%) (possivelmente devido a inércia de fluxos gerados na época da expansão da fronteira agrícola), Mato Grosso do Sul (13%), Rondônia (12%), São Paulo (12%) e Goiás (11%).

Em 2000, de acordo com os dados do IBGE, foram identificados 166.299 imigrantes e 123.724 emigrantes, resultando no saldo líquido migratório de 42.575 pessoas, com índice de eficácia migratória de 0,15%, considerado na ocasião, de baixa absorção migratória.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283886>

Cidades

Quinta, 14 de julho de 2011, 15h26

ALERTA

Quase 7,5 mil casos de dengue e Sinop lidera lista

Wellington Sabino, repórter do GD

Mato Grosso já registrou 7.446 casos de dengue neste ano sendo 36 considerados graves dos quais resultaram em 5 mortes. A informação é da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) com base nos registros até esta quinta-feira. Todas as mortes foram registradas em cidades do interior.

Sinop (500 Km ao norte de Cuiabá) continua liderando o ranking com 1.297 casos, seguida de Cuiabá que registrou 1.055 ocorrências das quais 16 são casos graves da doença. Entretanto, seis são de moradores de cidades do interior e um de outro Estado, mas que foram notificados em postos de saúde da Capital. Na sequência, aparece Várzea Grande com 280 notificações seguida de Rondonópolis (212 Km ao sul de Cuiabá) com 241 pessoas infectadas pelo vírus da dengue.

Superintendente de vigilância em saúde, Oberdan Lira, informa que Mato Grosso mantém o alerta no monitoramento para todos seus 141 municípios sobre o novo sorotipo da dengue, o DEN 4 que tem circulação em alguns estado. (Com Anderson Acendino)

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283725>

Cidades

Quinta, 14 de julho de 2011, 03h00

OBRA MAL FEITA

Parte do teto do PS cai pela 3ª vez somente este ano

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

Parte do teto do Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC) caiu devido a problemas na tubulação. A água acumulou-se sobre o forro, que não resistiu e cedeu, caindo no consultório da pediatria, onde o médico fazia o atendimento de um paciente. Não houve feridos e o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed) recebeu a denúncia que o líquido era fétido e tinha fezes humanas. Esta é a terceira vez que o teto da unidade cai. As outras duas ocorrências foram em fevereiro e maio deste ano. Na ocasião, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informou que as chuvas eram culpadas pelos transtornos.

Conforme o presidente do Sindimed, Edinaldo Lemos, a área atingida está dentro do piso superior, que passou por reformas, orçadas em R\$ 6 milhões, no ano passado. Ele relata que o serviço foi concluído sem qualidade e há danos em vários pontos do prédio.

O diretor do Pronto-Socorro, Ronaldo Taques, também critica a reforma. Ele explica que a obra ainda não foi aceita oficialmente e que a empresa foi acionada para fazer a revisão. O problema é que as manutenções acontecem em operação "tartaruga" e por este motivo a administração chamou outro prestador de serviço. Ele argumenta que a situação é de emergência e caso o trabalho não seja realizado, parte do atendimento pode ter problemas. "Aqui estamos apagando cada dia um fogo para manter o trabalho".

Outra questão que agravou a situação do prédio foi a falta de manutenção, que aconteceu na gestão anterior da unidade. Os serviços deixaram de ser prestados por causa do não pagamento das empresas.

Quanto ao teto, Taques diz que foi mais um problema técnico deixado pela responsável da reforma. Os tubos colocados no ar condicionado dos consultórios são finos e flexíveis. Ele teve algum tipo de obstrução, que impediu a saída da água, que ficou empoçada no forro, que cedeu.

Taques nega que seja esgoto. Ele argumenta que, se fosse, o local teria que passar pela descontaminação. De acordo com o diretor, não existem tubos de esgoto passando sobre a sala.

Outro lado - A SMS informou, por meio da assessoria de imprensa, que o problema não aconteceu na área reformada e sim no terceiro piso. O órgão diz que o problema começou na sala de repouso dos médicos. Os tubos do ar condicionado foram obstruídos e acabou vazando água para a parte inferior, onde está o consultório. Conforme a assessoria, a água não era esgoto e os reparos já foram realizados. Quanto ao cheiro, a SMS diz que é normal em situações semelhantes.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283661>

Cidades

Quinta, 14 de julho de 2011, 03h00

ILEGAIS

Contratos propostos por 2 OSS são questionados

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

Os contratos propostos pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS) são considerados ilegais pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), que já consultou o Ministério Público do Trabalho e espera a formalização da proposta para denunciar oficialmente as entidades. No Hospital Regional de Rondonópolis e no Hospital Metropolitano de Várzea Grande serão necessários mais de 250 profissionais. Eles deverão ocupar os cargos como pessoas jurídicas, enquanto as relações de trabalho caracterizam a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

O presidente do Sindimed, Edinaldo Lemos, explica que as organizações estão oferecendo salários maiores, porém retiram do médico o direito ao 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e férias. Caso todos os benefícios sejam computados, o valor pago pela OSS é inferior ao salário de um plantonista do Pronto-Socorro de Cuiabá.

Ele cita como exemplo um plantonista com salário de R\$ 7,5 mil para trabalhar 40 horas. Para que o valor inclua todos os benefícios da lei, o acréscimo deveria ser de 80%.

A situação em Rondonópolis já foi discutida entre os médicos que foram absorvidos pela OS. Já em Várzea Grande, a situação é complicada porque o sindicato não sabe quem será contratado.

Outro lado - A reportagem procurou a OSS São Camilo e o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) que não falaram sobre o assunto.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/283662>